
Geotecnologia e a Base da Pirâmide

Por **MundoGEO** | 0100, 04 de Agosto de 2007

Inspirado na matéria de capa da InfoGEO 46 (Informação espacial: ferramenta para redução da pobreza), resolvi escrever sobre a baixa renda no Brasil, e como as geotecnologias podem auxiliar no processo de caracterização e melhoria das condições de vida dessa população.

Início citando dois links muito recomendados para quem busca indicadores sociais e econômicos sobre países em desenvolvimento: www.ibge.gov.br/paisesat (portal geográfico Países@ do IBGE), e www.wikipedia.org (tópico “pobreza” da Wikipedia – veja os mapas do IDH e de esperança de vida).

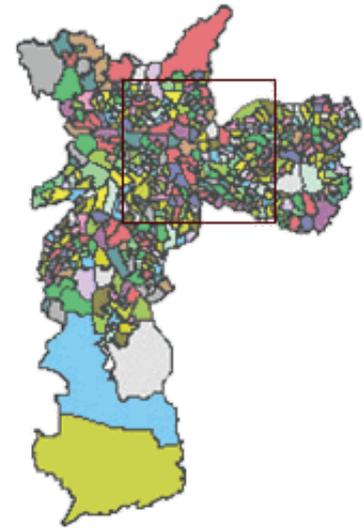
Muito se fala atualmente sobre o consumidor de baixa renda, ou sobre a “base da pirâmide”, nas palavras de Muhammad Yunus (ganhador do prêmio Nobel da Paz em 2006), C. K. Prahalad, Stuart Hart, e outros gurus do assunto. Estratégias de inclusão social dessa camada da população devem traçar o novo paradigma para a sobrevivência do capitalismo nos dias atuais, através do estabelecimento de um ecossistema novo para a geração de riqueza e desenvolvimento social.

Mas, afinal de contas, de que parcela da população estamos falando? C. K. Prahalad define a base da pirâmide como sendo os 4 bilhões de pessoas no mundo que vivem com até US\$ 1,5 mil por ano. No Brasil, segundo o autor, essa parcela corresponde às famílias de renda mensal até 10 salários mínimos, o que representa 84% da população brasileira, o que pode ser um exagero. Um corte em quatro salários mínimos, reduz essa parcela a 56%. Já na estratificação do Critério Brasil (ver GEOInsights da InfoGEO 43), a parcela de famílias das classes D e E no Brasil é de 35%.

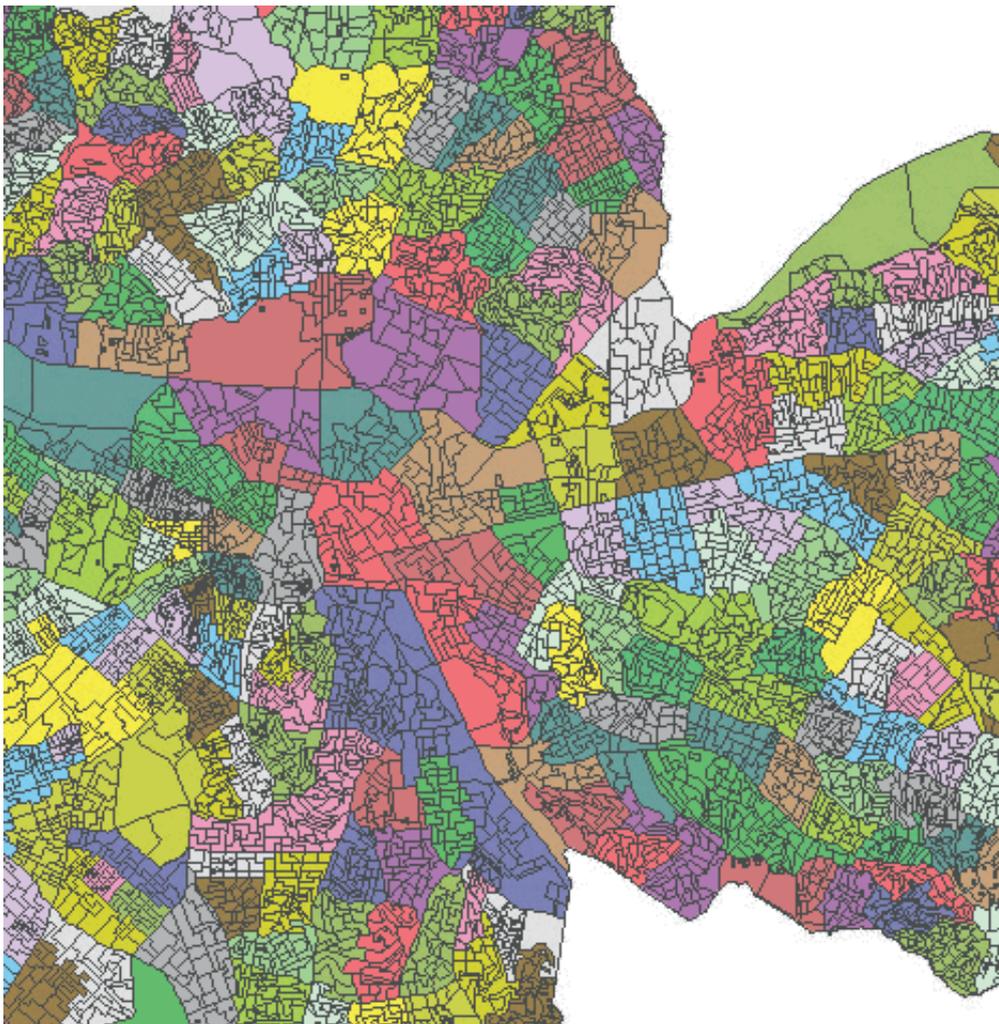
Estudo do Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada (Ipea) acerca da tipologia socioeconômica das famílias de grandes regiões urbanas brasileiras e seu perfil de gastos identificou dez grupos distintos, dos quais quatro são formados por basicamente famílias pobres ou muito pobres. Do total de famílias do estudo (15.512, representando um universo de cerca de 12.544.069 famílias brasileiras), 36,6% foram classificadas como pertencentes a um desses grupos. Em percentual de pessoas, esse número sobe para 44,9%, o que sinaliza que as famílias de baixa renda são de maior tamanho em comparação às mais ricas.

Entre as dificuldades de um estudo sobre condições de vida e pobreza, destaca-se a definição do que é ser pobre e como operacionalizar este conceito. Tendo em vista a complexidade do fenômeno, constituído por múltiplos aspectos e por mecanismos geradores e reprodutores que se superpõem, é em torno do indicador a ser utilizado para avaliar o grau e a extensão da pobreza que se concentram as polêmicas sobre o assunto.

No Brasil, sem dúvida, a base de informações do Censo Demográfico 2000 do IBGE é a mais rica disponível, dada sua cobertura e granularidade. A base geográfica de setores censitários (menores unidades territoriais da base operacional do censo, com cerca de 300 domicílios) permite, através de itens básicos de coleta do domicílio e da renda do chefe, traçar uma primeira aproximação da caracterização econômica da população. Tais dados estão amplamente acessíveis, com metodologias, relatórios e sumários públicos, e as informações geográficas a custos muito baratos por município.



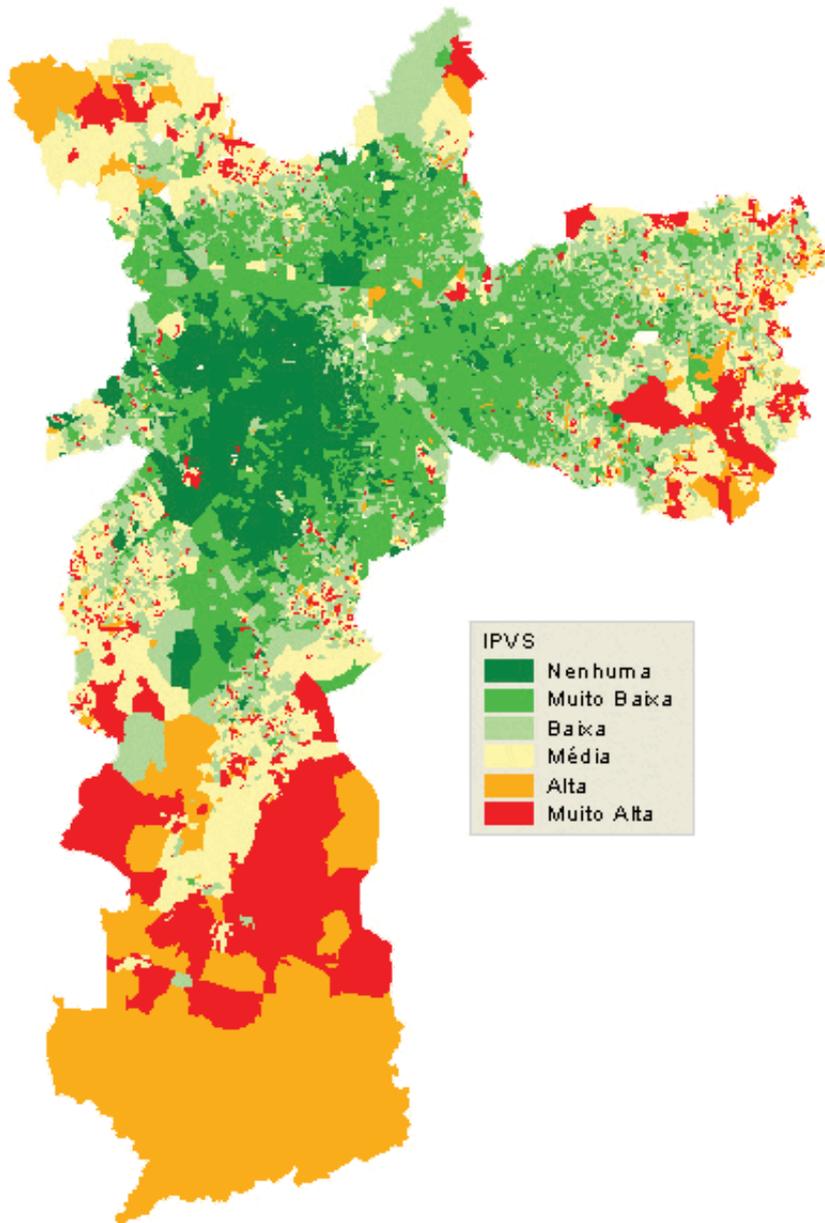
Existe ainda a pesquisa da amostra do censo, que traz informações mais detalhadas do domicílio e seus moradores, referentes a educação, religião, cor ou raça, deficiência, migração, fecundidade, nupcialidade, trabalho e rendimento. Essas informações, desagregadas, são representativas das áreas de ponderação, grupamento mutuamente exclusivo de setores censitários. Os 5.507 municípios existentes no ano 2000 são, assim, divididos em 215.811 setores censitários e, para a pesquisa da amostra, reagrupados em 9.336 áreas de ponderação, conforme apresentado na Figura 1 para o município de São Paulo (as menores divisões são os setores, e as cores diferenciam as áreas de ponderação).



-> Figura 1: Setores Censitários e Áreas de Ponderação

No estado de São Paulo, a Fundação Seade (www.seade.gov.br) criou um indicador de pobreza a partir dos dados do Censo Demográfico 2000. O indicador resultante consiste em uma tipologia

derivada da combinação entre duas dimensões (socioeconômica e demográfica), que classifica o setor censitário em seis grupos de vulnerabilidade social, denominada Índice Paulista de Vulnerabilidade Social (IPVS). A dimensão socioeconômica compõe-se da renda apropriada pelas famílias e do poder de geração da mesma por seus membros. Já a demográfica está relacionada ao ciclo de vida familiar. O mapa da Figura 2 traz como exemplo a vulnerabilidade social do município de São Paulo.



-> **Figura 2: IPVS – Fonte: Fundação Seade**

Programas sociais podem se beneficiar desse e de outros indicadores, bem como a iniciativa privada, com seus programas de microcrédito produtivo, com o incentivo à bancarização e à adaptação de produtos e serviços.

Em níveis mais agregados, como distritos e municípios, outros organismos e institutos fornecem periodicamente indicadores úteis para a baixa renda. Além do IBGE, os principais produtores de dados oficiais no Brasil são o Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira (Inep), responsável pelo censo escolar e da educação superior, o Banco Central, responsável pelas estatísticas financeiras e de comércio exterior; e os Ministérios da Saúde, do Trabalho, da Previdência e da Justiça. Diversas fundações estaduais e municipais complementam

essa lista.

Uma melhor classificação dos consumidores de baixa renda trará mais conhecimento a programas que buscam oferecer microcrédito e estabelecer políticas de oferta de produtos e serviços mais adequados a famílias de baixa renda. Dessa forma, aliados às geotecnologias, os agentes financeiros e as empresas de varejo poderão caracterizar e identificar seu público-alvo com mais clareza, e, principalmente, as políticas públicas poderão melhor combater a pobreza e melhorar as condições da “base da pirâmide”.

Eduardo de Rezende Francisco

Eduardo é mestre e doutorando em administração de empresas pela FGV-EAESP, bacharel em ciência da computação pelo IME-USP, atua em GIS, Business Intelligence, pesquisas de mercado e estratégias de marketing na AES Eletropaulo, é consultor em integração Geomarketing & Data Mining e presidente da GITA Brasil (www.gita.org.br).

eduardo.francisco@aes.com